

Cruesp marcou reunião para sábado

Estávamos fechando este **Informativo Adusp** quando chegou o ofício do Cruesp solicitando reunião de negociação com o Fórum das Seis no sábado, dia 27, às 8 horas, na Escola Politécnica. No documento, o Cruesp dizia-se disposto a discutir a "proposta de política salarial".

Boatos e comentários de alguns diretores indicavam a possibilidade de o Cruesp levar à mesa a proposta de reajuste adicional de cerca de 4% em maio, que supostamente "completaria" 15% de reajuste. Pedimos ao professor Otaviano Helene, do Instituto de Física e ex-presidente da Adusp, um comentário sobre essa proposta.

"Em primeiro lugar, o reajuste de 4% agora não completa 15%", afirma Ota-

viano. "Os reitores querem convencer os docentes e funcionários de que tivemos 10,75% de reajuste, diluindo em nove meses (de abril a dezembro) o abono pago em abril, e combinando com o reajuste de 7%. Mas, com o reajuste proposto, o salário a ser recebido em junho não será 15% maior do que nenhum salário anterior: será aproximadamente 10% superior ao que recebemos em janeiro, fevereiro e março; cerca de 15% inferior ao que recebemos em abril, incluído o abono; e perto de 3% maior do que o recebido em maio."

Otaviano também contes-



Daniel Garcia

Assembléia Geral da Adusp de 25 de maio

ta a idéia de que os 4% são "o máximo" que as universidades podem pagar. "A arrecadação de ICMS de 2000 deverá ser cerca de 16% superior à de 1999. Com o aumento, a massa salarial que cada um de nós receberia em 2000 com essa proposta

será perto de 10% maior do que a recebida em 1999. Portanto, um reajuste de 4% estaria muito aquém do que poderia ser dado, e isso sem considerar os aumentos do ICMS em anos anteriores, superiores aos reajustes salariais".

Eleições renovam Andes e CR

Foram realizadas, nos dias 23 e 24 de maio, nos diversos *campi* da USP, eleições para renovação da diretoria da Andes-SN e também, em algumas unidades, para o Conselho de Representantes da Adusp. Até o fechamento desta edição, a apuração nacional dos votos da Andes não havia sido concluída, mas os resultados parciais (não oficiais) disponíveis indicavam a vitória da Chapa 2 (Andes - Autônoma e Democrática). Abaixo, os resultados finais da USP:

Para diretoria da Andes (somente na USP)

Chapa 1	Chapa 2	Branco	Nulos	Total
93	465	80	22	660

Para o CR da Adusp, foram eleitos os seguintes conselheiros: EEFE (Cláudia Lúcia M. Forjaz e Kátia Rubio); EESC (Carlos Roberto M. de Andrade e Nabil Georges Bonduki); EP (Fábio Saltara e Roberto Ramos Júnior); FAU (Jorge Hajime Oseki e Maria Lucia Refinetti); FCF (Marina Martinez); FFLCH (Léa Francesconi e Leonel I. de A. Mello); FM (Raquel Aparecida Casarotto e Eucenir Fredini Rocha); IB (Sérgio Tadeu Meirelles e Ana Lúcia Brandimarte); ICB (Carla Roberta de O. Carvalho e Luis Fernando Bicudo); IF (Antonio Domingues dos Santos e Tânia Tomé M. de Castro); IGC (Ciro Teixeira Correia e Paulo Cesar F. Giannini); IME (Vanderlei da Costa Bueno e Daciberg L. Gonçalves); MAE (Elaine F. V. Hirata e Marta Heloísa L. Salum).

ATENÇÃO!

Em função da reunião de negociação marcada pelo Cruesp para a manhã do sábado, 27 de maio, a data da Assembléia Geral foi antecipada. Confira abaixo:

Assembléia Geral

2ªf, 29/5, 15h

Anfiteatro da História

Congregação da Faculdade de Direito repudia ameaças de corte de ponto e de vencimentos (p.3)

Em busca da dignidade salarial (p. 4)

Avaliação ou projeto de gestão financeira?

Se voltarmos no tempo, soma ou mais décadas, vamos nos lembrar de que a perspectiva de avaliar o trabalho docente de modo quantitativo era bastante desacreditada. Vários eram os argumentos que partiam de premissas como:

- o conceito de pesquisa deve ser amplo e levar em consideração todo o processo que a envolve, o qual não necessariamente pode ser recuperado em sua extensão e muito menos quantificado. A pesquisa era então compreendida como um processo de reflexão, enquanto que o seu registro era apenas uma possível consequência deste processo.

- deve haver liberdade na escolha da área de trabalho e dos problemas a serem abordados. Era importante que o ambiente de trabalho gozasse da tranquilidade indispensável para exercer esta escolha da forma mais livre e isenta possível. Assim, uma avaliação que tratasse a publicação de um resultado científico como objetivo e não como consequência certamente imporá direcionamentos à pesquisa a ser realizada.

- o trabalho em Ensino e Extensão envolve uma enorme diversidade tornando bastante difícil encontrar formas quantitativas de avaliação.

Em função destas premissas, a crítica àqueles modelos que haviam optado pela quantificação do trabalho — modelos que adotavam o lema do *publish or perish* — era rigorosa: descreviam-se pesquisadores subdividindo seus trabalhos para que estes gerassem mais de um artigo publicado, sacrificando uma apresentação mais orgânica e articulada; falava-se de áreas de pesquisa que estavam sendo escolhidas por oferecerem rápido retorno em termos de publicações; alegava-se que o trabalho científico não poderia se assemelhar a uma linha de produção em série, ainda que com algum controle de qualidade. Estas críticas fizeram com que o modelo do *publish or perish* fosse se aperfeiçoando e assumindo alguns mecanismos de defesa como, por exemplo, a exigência de publicações com arbitragem e a criação de índices numéricos para além da simples contagem do número de publicações. Curiosamente, de uns anos para cá, as universidades e as instituições de fomento vêm adotando este modelo quantitativo de avaliação do trabalho. No caso da USP, isto fica completamente explícito nos documentos “Diretrizes da avaliação das atividades docentes” e “Normas bá-

sicas da CERT”, divulgados pela CERT. A este modelo deve, no curto prazo, aderir a grande maioria dos docentes da USP. Assim determina a administração da universidade, em nome de um conjunto de “metas da USP” que foram inventadas por um grupo de pouco mais de uma dúzia de docentes escolhidos exclusivamente pelo reitor. Inventadas, pois não encontram respaldo estatutário ou nas deliberações de quaisquer órgãos colegiados.

Seria de bom senso, que um processo de avaliação do trabalho docente, se necessário, deva ter como base a discussão nos departamentos, a fim de buscar suas metas, prioridades e projetos no ambiente onde se realiza de fato o trabalho acadêmico. Não seria razoável supor que o atual reitor não tenha consciência dos efeitos da avaliação, nos moldes propostos pela CERT, sobre a qualidade do trabalho acadêmico. Se assim é, cabe perguntar qual seria o interesse e a intenção desta reitoria em promover, não só este modelo de avaliação, como também fazê-lo de forma tão arrogante e autoritária.

Quando nos defrontamos com diversos casos de docentes com engajamento institucional, com trabalhos

e projetos na área de ensino, pesquisa e extensão, que gozam de reconhecimento institucional, sendo ameaçados pela CERT, ou submetidos a mudanças de regime de trabalho para RTC ou RTP, fica claro que a avaliação promovida pela reitoria busca reduzir o quadro docente em tempo integral, independentemente de seu “desempenho”. Quando nos deparamos com as propostas do CRUESP e da reitoria para quebra de isonomia através de reajustes diferenciados e prêmios de produtividade, delinea-se um projeto de gestão financeira dos recursos universitários que necessitará de um processo de escolha de docentes, rápido e eficiente, e, portanto, descompromissado com qualquer visão consistente e responsável de avaliação docente.

Seria possível arriscar que o projeto desta gestão seja uma universidade com quadro docente em RDIDP reduzido e com salários arrochados. Alguns poucos docentes gozariam de reajustes maiores, caso se mostrassem produtivos e capazes de atrair recursos externos para suas pesquisas. A quem serviria um tal projeto? Certamente não aos docentes e muito menos aos interesses do Ensino Público no Brasil.

Mais uma semana de “Aula na Greve”

As “Aulas na Greve” desta semana mantiveram o sucesso de público, abordando conteúdos que não têm tido espaço de reflexão no desenvolvimento curricular cotidiano.

Na segunda-feira, 22, “Movimento estudantil faz a história” foi o assunto do deputado federal José Genoíno e Flávio Ramos (DCE). Na quarta-feira, 24, foi a vez de discutir “Educação pública e governo FHC” com Olgária Mattos (FFLCH), Maria Helena Souza Patto (IP) e do ex-deputado federal Ivan Valente. Na sexta-feira, 26 (fotos), debateu-se “Arte e cultura no governo FHC” com Sábado Magaldi (EAD/ECA), Ana Mae Barbosa (ECA) e Maria Sílvia Betti (FFLCH).

Fotos: Daniel Garcia



Congregação da Faculdade de Direito apóia greve e repudia ameaça de corte de ponto

A Congregação da Faculdade de Direito, em reunião ordinária no dia 25 de maio, decidiu encaminhar moção ao Conselho Universitário da USP para que este tome, juntamente com o reitor, “as providências cabíveis destinadas a resolver a atual situação de crise pela qual passa nossa universidade”.

No documento, a Congregação da Faculdade de Direito reafirma “plena solidariedade às reivindicações de recuperação salarial dos do-

centes e funcionários, bem como o apoio irrestrito à melhoria das condições de ensino e de pesquisa na USP”. Proclama a legitimidade do movimento, repudiando “qualquer forma de sanção sobre a comunidade acadêmica, afastando-se a falta de pagamento de vencimentos e a determinação de descontos a funcionários e professores paralisados, bem como a imposição de listas de presenças aos alunos”.

Redigida em termos enérgicos, a moção recupera as

promessas feitas pelo professor Jacques Marcovitch quando candidato a reitor, em 1997, ocasião em que “manifestou-se pela defesa intransigente da universidade pública, entendida esta como uma instituição dedicada, em todos os níveis, às causas do interesse coletivo”.

Na época, diz a Congregação, Marcovitch anunciou o propósito de “centrar a política de recursos humanos na elevação do desempenho e na melhoria das condições de trabalho e de vida dos

professores, funcionários e seus familiares” (palavras textuais do reitor).

A Congregação relembra ainda a declaração textual de Jacques Marcovitch, no mesmo contexto, de que “a equação salário-benefício-aposentadoria deve ter como premissa que, mesmo em conjunturas desfavoráveis, não há objetivo maior que uma remuneração digna para os que garantem a excelência acadêmica”. Veja em www.adusp.org.br o texto integral da moção.

Depoimentos revelam confiança na força da greve

Zilda Iokoi (FFLCH)

“A greve conseguiu levantar analiticamente todos os problemas que a Universidade tem e que estavam amortecidos por uma desmobilização dos três setores. Ela fez emergir a necessidade de urgência em modificações estruturais da Universidade, tais como: política permanente de desenvolvimento das áreas do conhecimento; democratização da estrutura de poder; e integração entre as várias áreas.”

Vanderlei da C. Bueno (IME)

“A greve ocorre em um contexto bem mais geral do que a questão salarial. Ela pode ser considerada como o resgate de um ensino para a cidadania, como também da universidade pública, gratuita e de qualidade.”

José Luiz Merusse (FMVZ)

“Sem dúvida, é o maior movimento desde 1988. Estamos admirados com a falta de diálogo e a truculência da repressão, não só interna mas também aos demais setores do serviço pú-

blico estadual. Quero expressar minha confiança no movimento da Adusp.”

Ana Mae Barbosa (ECA)

“Esta greve vai muito além da luta salarial, é a recuperação da energia crítica da Universidade de São Paulo frente à não política de cultura do governo.”

Geni Gentil Rollo (comando de greve da Unesp/Botucatu)

“Está sendo uma greve emocionante. É uma luta pela sobrevivência da Universidade, que nunca se viu tão ameaçada de extinção. A greve é uma reação ao sucateamento. Todo mundo está discutindo amplamente, não é só salário.”

Nídia Nacib Pontuschka (FE)

“Nosso problema atualmente é a defesa da universidade pública, e nele a questão salarial pesa demais, no sentido de que estamos perdendo, para as escolas privadas, pessoas que já deram importantes contribuições. Não queremos a privatização e a elitização do ensino.”

Atitude ditatorial das direções do HC-RP e Museu Paulista

O autoritarismo que impregna as relações de poder na USP, confrontado nesta greve, não deixou de se manifestar de forma aguda em algumas unidades. No campus de Ribeirão Preto, por exemplo, ele surgiu inicialmente na proibição, determinada pelo prefeito do campus, professor Mestriner, de uso do restaurante pelas assembleias do movimento.

Mais grave ainda foi a proibição, determinada pela superintendência do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, vinculado à FMRP, de uso da creche da instituição pelos filhos dos funcionários em greve. O promotor da Infância e da Juventude, Marcelo Goulart, exige que a creche do HC volte a receber crianças cujos pais aderiram à greve.

Ameaças no Museu

No Museu Paulista, a decisão dos funcionários (tomada em assembleia no dia 8 de maio) de suspender tanto as consultas ao acervo como a visita pública às áreas expositivas gerou retaliação. Embora o edifício tenha ficado permanentemente aberto pa-

ra a entrada de seus funcionários, garantindo-se o direito ao trabalho para aqueles que se manifestaram contrários à decisão da maioria, a direção do museu, apoiada pelas diretoras das divisões, agiu de forma intimidatória. No dia 9, a Polícia Militar esteve no museu para averiguação, a chamado não identificado. Ao constatar que se tratava de manifestação pacífica, retirou-se imediatamente.

No dia 11, a direção convocou reunião geral na qual exigiu a realização de um plebiscito sobre a continuidade da greve, não reconhecendo a decisão da assembleia e ameaçando corte do ponto.

No mesmo dia, foi registrado pela encarregada da segurança um B.O. de natureza de “Preservação de Direitos”, relatando os acontecimentos do dia 9 e relacionando nominalmente dez funcionários engajados na greve, parte dos quais sequer participara do ato de suspensão das atividades de atendimento ao público. Os funcionários não se intimidaram: mantiveram a greve e a assembleia como instância legítima de deliberação sobre a campanha salarial.

Em busca da dignidade salarial

Desde novembro de 1999 o Fórum das Seis vem tentando discutir com o Cruesp propostas de reajustes salariais concretas e embasadas no estudo da evolução orçamentária das universidades estaduais. Talvez imaginando que professores, funcionários e estudantes não fossem capazes de reagir à altura, os reitores protelaram qualquer discussão séria.

Não obstante esta postura do Cruesp, o Fórum continuou trabalhando e discutindo métodos e propostas para defesa da universidade e das nossas condições de vida e trabalho. Docentes e funcionários em todo o estado de São Paulo debateram e decidiram a pauta de reivindicações da data-base 2000. Durante todo este tempo ouvia-se dos reitores a mesma argumentação: não há dinheiro.

Desmistificando as afirmações do Cruesp, o Fórum demonstrou, com as próprias planilhas oficiais, que as universidades tinham a melhor situação financeira dos últimos dez anos. Além disso, produziu um estudo estimando a arrecadação de ICMS em 2000, demonstrando que há muito espaço para negociação das nossas reivindicações.

Movimento cresce

Esse estudo foi fundamental para desmascarar a postura do Cruesp, ficando claro que suas posições não se originavam em argumentos orçamentários ou sobre o desenrolar da conjuntura econômica. Repetia-se, isto sim, os estratégias do governo federal para lidar com os movimentos sociais: desrespeito às negociações, seja através de ameaças, seja cumprindo apenas o ritual e esvaziando seu conteúdo, ou ainda evitando compor a mesa de negociação.

Percebendo a intenção dos reitores, a greve instalou-se, cresceu e continua a se expandir, com novas e significativas adesões como o campus

de Piracicaba e a Escola Politécnica da USP. A justeza, intensidade e firmeza do movimento surpreendeu os reitores. Aqui na USP, por exemplo, ampla maioria do CO assinou documento dando nova direção à reitoria: agendamento periódico de reuniões, elevação do índice de reajuste na data-base e política salarial de recuperação das perdas a partir de maio de 1995.

Cruesp tergiversa

No entanto, na reunião das comissões técnicas do dia 25, após um mês da maior greve das estaduais pós autonomia, os representantes do Cruesp apresentaram apenas princípios gerais, no lugar de propostas concretas. Por outro lado, o movimento criou uma contraproposta que sintetiza os princípios que temos defendido, articulando reajuste na data-base com reajustes periódicos até abril de 2001. Essa proposta possibilita compatibilizar uma considerável melhora salarial com a evolução do ICMS, envolvendo a relação entre os montantes salariais individuais recebidos em 2000 e em 1999.

Cabe evidenciar que o uso do montante salarial individual evita que nossos salários financiem precatórios, novas contratações, reestruturações etc. É fundamental, também, pôr um fim à prática de financiar a operação da instituição por meio da apropriação de salários. O enunciado completo da contraproposta é o seguinte:

1) Reajuste total na data-base de 20% (isto é, reajuste de 12,15% em cima dos 7%);

2) Reajustes trimestrais que levem em conta a variação do ICMS e dos salários no período e tendo como teto 3,5% em agosto e 2,0% em novembro. As fórmulas correspondentes são:

em agosto (pago em setembro): $\min\{1,035, I/S\}$

em novembro (pago em dezembro): $\min\{1,02, I/S\}$ onde

• I é a razão entre a arrecadação acumulada de ICMS de janeiro a agosto (ou novembro) em 2000 e a arrecadação acumulada de janeiro a agosto (ou novembro) em 99;

• S é a razão entre a massa salarial individual de janeiro a agosto (ou novembro) em 2000 e a massa salarial individual de janeiro a agosto (ou novembro) em 99. (Obs.: a razão S inclui todos os reajustes e abonos que incidiram sobre o salário de cada um, no período considerado).

3) A partir de fevereiro de 2.001, reajustes mensais com base na variação do ICV e na arrecadação do ICMS segundo a fórmula abaixo:

$$IRM(n) = \frac{\min [ICV(n-1)/ICV(dez), ICMS(n)/ICMS(jan)]}{IRM(1) \times \dots \times IRM(n-1)}$$

$2 \leq n \leq 4$, representa o número do mês no ano gregoriano; $IRM(1)=1$

Os estudos realizados pelo Fórum das Seis indicam a plausibilidade da contraproposta enunciada acima, permitindo a convivência de melhoria salarial com percentuais históricos de custeio e investimento.

A coesão, a força política, a criatividade e a capacidade intelectual do nosso movimento exigem tratamento respeitoso dos reitores. Se estiverem dispostos ao diálogo, seremos capazes de resolver a contento as graves questões ora em disputa, deixando um sinal inequívoco da importância de estudantes, professores e funcionários na condução e defesa da universidade pública brasileira.

A Poli em greve

A greve na Escola Politécnica continua firme. A Poli demorou a aderir, mas o debate em sucessivas assembleias acabou forjando e consolidando a vontade majoritária de suspender as atividades.

A paralisação começou parcial nos departamentos de Engenharia Naval e Engenharia Mecânica. Depois, o de Engenharia de Produção deliberou pela adesão total, e a seguir os fatos sucederam-se rapidamente:

• No dia 15, foi anunciada a adesão do Departamento de Engenharia Civil, decidida em assembleia por 26 votos a 25.

• No dia 17, em assembleia setorial, a proposta de adesão à greve foi aprovada por 46 votos a 25, com sete abstenções.

• Em nova setorial no dia 19, a manutenção da greve foi aprovada por 101 votos a 52, com três abstenções.

• Apesar da decisão da assembleia, a Congregação convocou um plebiscito, que foi realizado no dia 22. Votaram 328 docentes (66% da Poli) e a greve foi vitoriosa: 183 votos a favor, 134 contra, 11 nulos e em branco.

• Em assembleia com cerca de 200 docentes na sexta-feira, 26, a continuidade da greve foi aprovada e nova assembleia marcada para segunda-feira, 29, às 14 horas.